

A ETNOGÊNESE DOS SAXÔNIOS A PARTIR DAS *RES GESTÆ SAXONICÆ*, DE WIDUKIND DE CORVEY (SÉCULO X)

Prof. Dr. Vinicius C. D. Araujo
UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros
viniciusdreger@hotmail.com

Recebido em: 14/02/2019
Aprovado em: 20/06/2019

Resumo :

A narrativa de *origo gentis* contida no livro I da *Res gestae Saxonicae* escrita pelo monge Widukind de Corvey (967-74) estabelece passo a passo o mito de origem dos saxônios, passando pelas várias possíveis origens obscuras porém nobres, a conquista da terra, a cristianização e a *translatio imperii* dos francos para os saxônios consubstanciada na ascensão de Henrique I ao trono em 919. O objetivo principal do estudo aqui proposto concentra-se na investigação dos objetivos desta construção (realizada em período tardio para os escritos deste tipo), suas conexões com a dinastia Otônida e com os desenvolvimentos legítimos da monarquia imperial germânica em períodos subsequentes.

Palavras-chave : Mito – *Res gestae Saxonicae* – saxônios

Abstract :

The *origo gentis* narrative contained in Book I of the *Res gestae Saxonicae* written by Corvey's monk Widukind (967-74) establishes step by step the Saxon myth of origin, passing through the various possible but noble origins, the conquest of the land, the Christianization and the *translatio imperii* of the Franks to the Saxons embodied in the accession of Henry I to the regal throne in 919. The main objective of the study proposed here focuses on the investigation of the objectives of this construction (carried out late for the writings of this type), its connections with the Ottonian dynasty and the developments of legitimacy of the Germanic imperial monarchy in subsequent periods.

Keywords : Mith – *Res gestae Saxonicae* – saxons

INTRODUÇÃO

O início do século X testemunhou a ascensão da dinastia saxônica dos Liudolfings (ou Otônidas, como ficou mais bem conhecida) ao trono do *Ostfrankenreich*, o reino franco oriental, por sua vez nascido da partilha do Império entre os netos de Carlos Magno. Ainda mais importante, este dito "século do ferro" foi o palco do sucesso desta nova dinastia: tendo chegado ao trono régio em 919, transformaram-no no novo trono imperial ocidental em 962, após sua conquista da Itália setentrional, consolidando a duramente construída superioridade da Germânia sobre os demais reinos continentais no período.

Contudo, esta história de sucesso carecia de um fundamento da visão política do período: sua *origo gente*, um mito de origem que legitimasse sua situação atual de poder, que figurasse no passado seu poder presente, numa tradição construída com elementos que remontavam à Bíblia, à *Eneida* augustana e às sagas germânicas, por exemplo, que tão bem frutificaram em obras historiográficas entre os francos e os anglo-saxões.

Os Saxônios ou Saxões Continentais (*Antiqui Saxones*, segundo Beda) eram, em termos históricos, um paradoxo: um *nome* antigo, mas um *povo* recente. Os objetivos de nossa investigação são investigar nas fontes o histórico dos conceitos “*Saxones*” e “*Saxonia*” e investigar as concepções etnogenéticas medievais acerca dos Saxônios.

SAXONES: ONDE? QUANDO? – DISCUSSÃO DAS FONTES HISTÓRICAS

A principal dificuldade para esta investigação encontra-se no fato de que existem grandes lacunas na cobertura de nossas fontes pertencentes a um arco cronológico que se estende entre os séculos I e X.

A primeira menção a algo que se assemelhe ao termo “*Saxones*” aparece no *De Bello Civili* de Lucano, um contemporâneo de Nero. Ele nada conhecia sobre os saxões:

escreveu sobre os "*Suessones*" e esta palavra denotava os habitantes de Soissons, na Gália. Copistas posteriores não sabiam o que fazer com isso e a substituíram pela palavra que lhes era familiar: *Saxones*, como relatado por Widukind (SPRINGER, 2003: 14). Ainda no século I, Tácito, embora não seja o mais confiável dos autores, não fez menção alguma a qualquer povo que sequer lembrasse o termo *Saxones* em sua descrição dos povos e regiões germânicos.

Uma segunda possível menção pode ser encontrada em algumas cópias da *Geografia* de Ptolomeu (século II). Contudo, encontram-se em outras cópias as variantes *Axones* e *Sazones*; mais uma vez poder-se-ia atribuir tal situação à atuação dos copistas. Ademais, Ptolomeu cita o uso de rios como limites entre os povos germânicos mencionados em sua obra, um costume utilizado no Império Romano, mas sem outros registros entre os germanos. Como bem observa Peter Heather: "Listas de povos compiladas por autores da Antiguidade, caso não existam confirmações por outros meios, dificilmente podem ser consideradas como evidência confiável, já que a chance de que as menções tenham sido meramente literárias é considerável" (HEATHER, 1998: 6).

Assim, a primeira referência sólida aos Saxões surge apenas no século IV, em um discurso proferido em 356 pelo imperador Juliano, o Apóstata, no qual relatou os eventos ocorridos na Gália no ano anterior quando combateu os Alamanos e os Francos. Juliano era um comandante militar veterano e bom conhecedor dos assuntos germânicos, tendo combatido diversas tribos e tendo liderado diversas incursões punitivas nos territórios d'além Reno. Aliás, como bem notado por Robert Flierman, durante este período, as menções aos Saxônios estão sempre ligadas aos Francos (FLIERMAN, 2017: 157).

Justamente no século IV o termo *Saxones* tornou-se corrente, mas isso nos permite inferir a existência dos Saxões como povo consolidado, a partir da existência da palavra? Não.

Principalmente pelo fato de que neste momento *Saxones* era um termo aplicado em contextos muito semelhantes àqueles nos quais o termo "Viking" veio a ser posteriormente aplicado: essencialmente saqueadores que se locomoviam por via

marítima. Foram assim mencionados por Amiano Marcelino, Pacatus, Cláudio Claudiano e Sidônio Apolinário. Os indícios oriundos da Antiguidade Tardia nos permitem localizar os Saxões no tempo, mas não no espaço.

Em relação ao período Merovíngio, Gregório de Tours menciona um grupo de *Saxones* que teria acompanhado a invasão da Itália pelos Longobardos em 568. Também menciona os *Saxones* de Bayeux (*Saxones Baiocassinos*), mas a palavra *Saxonia* não foi utilizada por ele. Aliás, neste período, quando as fontes mencionam *Saxonia*, denotam a Inglaterra anglo-saxônica. Segundo Matthias SPRINGER (2003: 18), parece que os autores do período Merovíngio não conheciam a existência de uma Saxônia Continental.

Contudo, Bernard Bachrach, no *Early Carolingian Warfare* (2001: 21-22), recorda que diversas fontes (*Annales Sancti Amandi*, *Annales Tiliari*, *Annales Petaviani*, *Annales Alamannici* e *Annales Nazariani*), ao relatarem os conflitos que culminaram com a ascensão de Carlos Martel, descrevem uma incursão oportunista de “saxões” em 715, com contra-incursões francas em 718 e 720 e o início do trabalho de cristianização entre os pagãos. Todavia, o território descrito como *Saxonia* ou como *Saxe-Hesse* abarcava pessoas que há muito haviam se assentado na região oriental de Hesse e a oeste do rio Weser, na área das nascentes do Lippe, *grosso modo* correspondendo à região de Engern/Angaria, e não ao conjunto territorial de toda a *Saxonia*.

Por outro lado, encontra-se neste período o texto de Beda que, ao narrar a história eclesiástica dos povos ingleses, traz também os Saxões Continentais ou, como denominou, os *Antiqui Saxones*. Contudo, não devemos esquecer suas fontes acerca deste ponto: as tradições dos próprios anglo-saxões. Beda afirma que os saxões insulares se consideravam como um povo de certa forma unido à identidade saxônica e a tradição afirmava que seu povo não havia migrado por completo. Logo, aqueles que permaneceram no continente, em sua região de origem, também seriam “Saxões”.

O termo “Saxônia”, denotando uma região continental ocupada por estes “saxões” só se tornou corrente durante o período Carolíngio. Contudo, não havia um corpo político integrado entre as diversas regiões da Saxônia. O que existiam eram

quatro regiões assim denominadas: Angaria (ou Angria), Vestfália (ou Westfália), Ostfália e Nordalbingia, sendo que estas ainda se subdividiam em *Gaue* (grosso modo, distritos) tribais, cerca de uma centena no total.

Assim como não existia unidade territorial ou étnica, também não existia unidade de governo. Cada *Gau* era, segundo a *Vita Lebuini Antiqua*, governado por um chefe nobre, eleito por sorteio (indicado como um ritual de escolha pelos deuses). A única instância superior de governo, era a Assembleia anual reunida em Marklo no rio Weser (cerca de 50km ao sul de Bremen). Cada distrito enviava doze representantes selecionados de cada casta¹ para essa assembleia. Em Marklo eles confirmavam suas leis, realizavam julgamentos de casos extraordinários e determinavam se naquele ano haveria guerra ou paz.

Caso decidissem ir à guerra, elegiam, por sorteio, um chefe como seu líder militar, seu *dux*, pela duração da campanha; não existiam reis ou outras autoridades centrais além dos chefes dos *Gaue*.

O território arregimentado sob o termo *Saxonia* pela conquista carolíngia unificou Vestfálidos, Ostfálidos, Angários e Nordalbingios; estendia-se ao leste do rio Ems ao Saale e do Mar do Norte em direção ao sul, aos montes Harz, correspondendo aproximadamente à atual Baixa Saxônia. Os Vestfálidos situavam-se entre o Reno e o Weser; os Angários, na bacia do Weser (o *Saxe-Hesse* das fontes do período de Carlos Martel); os Ostfálidos, na região do Harz; e nas planícies setentrionais do delta do Elba estavam assentadas as tribos menores dos Nordalbingios e dos Wihmuodi.

Em 772, como represália a uma incursão de saque em Hesse promovida pelos Angários, Carlos Magno ocupou a fortaleza de Eresburg e suas forças destruíram o pilar sagrado do Irminsul. Os angários, aproveitando-se da ausência de Carlos Magno (ocupado com a absorção do reino lombardo no norte da Itália), responderam devastando o Hesse dominado pelos francos em 774 e destruindo as igrejas cristãs; na mesma ação, os vestfálidos realizaram uma incursão na Frísia. Como resposta, em 775 os francos travaram nova campanha na região: capturaram Syburg, no Ruhr, e reconstruíram Eresburg que, a partir de então, tornou-se o quartel-general de Carlos Magno. Desta base, Carlos lançou ofensivas que seguiram o curso do rio Diemel até o

Weser. Em 776 a campanha foi retomada com tal vigor que, por volta do outono, a ameaça de novos ataques forçou os angários e aliados vestfálíes à capitulação. Próximo às cabeceiras do rio Lippe, Carlos construiu a fortaleza de Paderborn e usou-a como centro de uma nova marca para defender a região e centralizar a administração.

Porém, em 778 os angários e vestfálíes aproveitaram-se da oportunidade dada pelo envolvimento franco na Espanha para se rebelarem. Liderados pelo nobre vestfálíe Widukind, Angária e Vestfália sublevaram-se contra os carolíngios. Os rebeldes avançaram até o Reno, devastando Hesse, e tentaram, sem sucesso, assaltar a abadia de Fulda. Carlos reagiu rapidamente e lançou ofensivas entre 779 e 782, instalando condes e missionários nos territórios ocupados para pacificá-los.

Em uma assembleia realizada em Lippspringe, em 782, Carlos Magno dedicou-se a organizar a administração da Saxônia Conquistada, confiando a alguns saxônios de confiança deveres condais. Enquanto isso, Widukind encontrava-se asilado entre os dinamarqueses, aguardando o retorno de Carlos Magno (e o grosso do exército franco) à França para contra-atacar, o que aconteceu no mesmo ano. As igrejas foram queimadas, os missionários postos em fuga e parte considerável da hoste franca que havia permanecido na marca foi derrotada na batalha dos promontórios de Süntel, próximo ao rio Weser. As baixas entre os francos atingiram diversos altos oficiais provinciais: o camareiro-real Adalgisus, Geilo o mestre dos estábulos, o conde palatino Worad, mais quatro condes e mais de vinte outros dignitários.

Carlos Magno reagiu da pior maneira possível a esta derrota: ordenou a decapitação de 4500 prisioneiros saxônios em Verden. De acordo com Pierre RICHÉ (1993:104): “O massacre serviu como um prefácio conveniente para a ‘capitulação do terror’ de 785”. A força parecia ser o melhor meio de subjugar e cristianizar os saxônios, sendo estes os objetivos da *Capitulatio de partibus Saxoniae*, pela qual praticamente todas as faltas eram puníveis com a morte.

Desde 783 Carlos lançou campanhas a partir de múltiplas direções e um esforço de pressão contínua que incluiu até mesmo invernar em território inimigo. Finalmente, em 785, Widukind capitulou e, em uma cerimônia ocorrida em Attigny, o vestfálíe recebeu o batismo, tendo Carlos Magno como padrinho.

Contudo, Jean FAVIER (2004: 223) nos lembra que: “O território submetido é principalmente o da Saxônia Central e Meridional (Vestfália e Angária). No leste e no norte a revolta continuava forte e, de 792 a 797, os exércitos francos lá se sucederam ano após ano”.

Após alguns anos sob o regime de terror, a Vestfália volta a se rebelar no ano de 793; nesse mesmo ano, a Ostfália capitulou, assim como os assentados entre o Elba e o Eider. Entre 794 e 799, a escalada dos conflitos (a rebelião das áreas “pacificadas”, somadas às expedições contra o norte) trouxe à guerra uma ferocidade ainda maior. Os francos gradualmente impuseram seu domínio, recorrendo às devastações territoriais e à tomada de reféns em larga escala. Para submeter os recalcitrantes Wihmuodi e Nordalbingios, Carlos Magno impôs a brutal, porém efetiva, política de remoção populacional. Milhares de famílias foram deportadas das margens do Elba para as regiões francas da Gália e outras regiões germânicas. Como contrapartida, milhares de famílias francas foram realocadas na região, na qual Carlos Magno fundou Hamburgo em 804, encerrando o ciclo das ditas “Guerras Saxônicas”.

Todavia, ao unirmos as campanhas militares ocorridas entre 772 e 804 sob o conceito de “Guerras Saxônicas”, estamos concordando com a ideia de que elas objetivavam conquistar um inimigo unificado, ou seja, a Saxônia como um todo. Contudo, como analisado, estas guerras foram travadas contra cada um de seus *regna*, encarados como entidades independentes, as confederações descentralizadas de Angária, Vestfália, Ostfália e Nordalbingia. O fluxo e refluxo de conquistas, revoltas e reconquistas se desenrolou por nada menos que trinta e dois anos e somente após 804 é que se pode asseverar a criação da Saxônia como unidade política e dando à palavra o significado geográfico de Noroeste da Germânia.

Porém, a Saxônia neste momento era apenas uma unidade política, um *regnum* entre os *regna* constituintes do Império Carolíngio e depois do Reino Franco Oriental, não necessariamente um “povo” unido. Este *regnum* incorporava também os territórios frisios e turíngios (Widukind assim o considera). Carlos Magno estabeleceu arbitrariamente as fronteiras provinciais sem consideração por fronteiras étnicas.

Assim, a confusão histórica fica consolidada: a partir deste momento os Saxônios se tornaram os *Antiqui saxones* de Beda, os "verdadeiros saxões" e os da Inglaterra, os derivados, ao menos no uso continental.

Evidentemente, durante o restante do período Carolíngio (de Luís o Pio a Luís o Infante, de 814 a 911), o uso de uma visão unificadora para os povos na província da Saxônia permaneceu firme e passou a ser utilizado por eles próprios, que interiorizaram esta identificação originalmente exterior.

WIDUKIND DE CORVEY E AS RES GESTAE SAXONICAE (RGS)

A partilha de Verdun em 843 sacramentou a divisão do império Carolíngio e a criação de um Reino Franco Oriental sob a autoridade de Luís o Germânico. Aos seus três filhos — Carlomano, Luís o Jovem, Carlos o Gordo — foram concedidos poderes sobre a Bavária, a Saxônia e Alamânia, respectivamente. Estes se casaram com filhas das nobrezas locais, iniciando um processo de ascensão das principais linhagens regionais, que se ampliou com o declínio da casa carolíngia oriental sob Carlos o Gordo, Arnulfo da Caríntia e Luís o Infante (884-911), culminando com a ascensão de Conrado da Francônia, o primeiro não-carolíngio a reinar sobre a Germânia unida por Carlos Magno.

Enquanto isso, na Ostfália, sob a liderança dos duques Liudolf, Otto o Ilustre e do próprio Henrique I, os Liudolfings ou Otônidas iniciaram sua ascensão, culminada em Fritslar (919) justamente na sucessão de Conrado I, compondo uma história típica de alianças matrimoniais sagazes, sucessos militares e usos oportunistas dos recursos eclesiásticos. Também foi na Ostfália que a linhagem possuía a maior densidade de propriedades fundiárias, além de suas mais importantes fundações religiosas (Quedlinburg e Gandersheim).

Após a eleição de Henrique I, o monarca não se esqueceu de suas raízes, promovendo a ascensão de diversas linhagens aristocratas ostfálias na política da corte e do reino, dentre as quais se destacaram a casa condal de Stade, os Billunger (elevados a

duques da Saxônia por Otto I e nesta posição mantidos até fins do século XI), os primeiros representantes da casa dos Wettin (na Turíngia) e a casa condal de Walbeck, à qual pertencia o bispo e cronista Thietmar de Merseburg (WARNER, 2001: 09).

Após as vitórias de Henrique I sobre os eslavos (em 928 e 934) e magiares (933), o caminho para a sua sucessão por seu filho Otto estava aberto, consolidando a ascensão da linhagem, considerada ainda mais gloriosa devido aos feitos de Otto I: suas vitórias militares sobre opositores germânicos, sobre os lombardos, sobre os eslavos e sobre os magiares que o levaram à reconstituição da honra imperial no Ocidente em 962. É contra este pano de fundo que Widukind de Corvey compôs sua crônica.

A CONCEPÇÃO DAS RGS

Sua obra, intitulada *Res gestae saxonicae*, foi originalmente concluída entre 967-8. Os últimos capítulos (III, 70-76), terminando com a morte de Otto I em 973, obviamente foram adicionados *a posteriori*, por Widukind ou um sucessor (isso ainda é incerto).

As RGS foram preservadas em cinco manuscritos, mas foram utilizadas por numerosos outros autores, então diversos outros manuscritos devem ter existido na Idade Média (BAGGE, 2002: 25).

Segundo Helmut BEUMANN (1950: 178-204), a obra de Widukind era originalmente uma celebração do povo Saxônio à qual foi posteriormente adicionado um louvor a Otto I. Beumann identificou as mudanças feitas em relação à consecução deste segundo propósito, mas também aponta que isso não causou nenhuma mudança fundamental na argumentação, já que, segundo ele, havia uma conexão muito próxima entre os reis saxônios e seu povo (BAGGE, 2002: 26).

Em um ponto de vista narrativo, Widukind combina uma história “nacional” na tradição das *origo gentis* (Livro I) com as *res gestae* de um monarca contemporâneo, Otto I (Livros II e III).

Basicamente, o livro I lida com a ascensão dos Saxônios do momento em que puseram os pés em solo germânico até aquele em que passaram a reinar sobre a totalidade do reino Franco Oriental e defendê-lo contra os “bárbaros” do leste. Ele providencia uma seleção dos principais episódios deste processo: a conquista da terra, a vitória sobre os Turíngios e a aliança com os Francos, a cristianização e a *translatio imperii* dos Francos aos Saxônios ocorrida com a ascensão de Henrique I ao trono.

A parte inicial da obra encara os Saxônios como uma entidade coletiva, sem qualquer menção de liderança política institucionalizada, embora alguns indivíduos desempenhassem papéis cruciais: primeiro, o anônimo saxônio que trapaceia os Turíngios ao comprar suas terras com ouro, e Hathagat, que liderou os saxônios na vitória sobre os Turíngios no século VI.

A ORIGO GENTIS SEGUNDO WIDUKIND

Analisaremos a primeira metade do livro I das RGS a fim de estabelecer o pensamento de Widukind acerca da história dos Saxônios até fins do século IX. Como esperado, Widukind inicia seu relato de *Origo gente* levando em consideração as teorias acerca da origem de seu povo, embora não se comprometa particularmente com nenhuma delas. Contudo, em momento algum põe em dúvida a distinção da origem saxônia.

Iniciarei com a origem de nossa gente, da qual pouco sabemos devido ao fato de que a antiguidade torna obscura a certeza. De fato, existem muitas opiniões sobre este tema: alguns acreditam que os saxônios advêm dos normandos daneses, enquanto outros, como ouvi de um jovem que havia aprendido grego, acreditam que os saxônios descendem de remanescentes do exército macedônico, que após a morte precipitada de Alexandre Magno, dispersou-se pelo mundo. Ademais, fica claro que nossa gente é antiga e nobre; mencionada na arenga de Agripa aos Judeus em Josefo e provado no poema de Lucano. (RGS I. 2)

Porém, como visto anteriormente, as menções encontradas em textos anteriores ao século IV d.C. não são confiáveis, sendo atribuídas a erros na transcrição dos documentos por copistas posteriores.

Após descrever as muitas guerras travadas contra os Turíngios pelo controle da terra, incluindo o massacre à faca dos seus chefes durante uma conferência de paz (RGS I.4-6), Widukind traz a lume, no capítulo sete, a etimologia do termo *Saxones*: “*Alguns dizem que foi durante este feito que ao povo se deu o nome de saxones, devido ao fato de que as facas que usaram para derrotar os turíngios eram chamadas de SAS em sua língua*”, o que concorda com fontes anteriores, como Gregório de Tours.

Nesta história dos Saxônios, Widukind aborda também a relação com os Anglo-saxões. Contudo, ele o faz de forma bem diferente da trazida por Beda: embora o mesmo fato gerador seja mantido (o convite dos Bretões aos Saxões), este foi realizado na Saxônia Continental e a conquista da Bretanha ocorreu como sua anexação à Saxônia, restaurando ali a paz e a ordem que anteriormente haviam sido estabelecidas pelos Romanos. Poderíamos interpretar esta ideia como uma espécie de prefiguração do papel imperial otônida, uma *translatio imperii avant la lettre*.

Ele prossegue seu relato com novas guerras contra os Turíngios e o início do relacionamento com os Francos, que passa de inimizade, já que os Francos haviam se aliado aos Turíngios, para uma aliança, justamente contra os Turíngios (RGS I. 9-13).

Finalmente, no capítulo 12, Widukind retoma a *origo gentis* e se decide por uma das teorias de origem para os Saxônios, produzindo o que considera como provas para a escolhida:

No início do dia seguinte, os Saxônios fincaram sua águia próxima ao portão oposto ao Leste, ergueram um altar à vitória e ali sacrificaram em nome da falsa religião de seus ancestrais. Eles adoravam Marte sob a forma de Hércules em efígies colunadas e o Sol que os gregos chamavam Apolo. Assim, parece que a estimativa daqueles que acreditam na origem grega dos Saxônios se torna provável.

Em RGS I.14, Widukind relata como eram governados os Saxônios, divididos entre Ostfálíos, Angários e Vestfálíos (ignorando os Nordalbíngios), cada região por sua vez dividida em três e cada parte obedecendo a um príncipe. Em tempos de guerra, elegiam um líder supremo para governá-los durante a emergência, como exemplificado na liderança de Hathagat durante as guerras contra a aliança franco-turíngia.

Já no capítulo 15, Widukind se dedica a relatar o espinhoso assunto: Carlos Magno.

Mas este príncipe, que não tinha menos cautela do que coragem deplorava a cegueira desta famosa nação ainda engajada na adoração de falsos deuses, empregou todos os meios para atraí-los ao conhecimento da Verdade.

Por vezes ele usou para este efeito a força de sua eloquência e por outras o recurso às armas, mas não conseguiu concluir seu intento até o trigésimo ano de seu reinado, ao mesmo tempo em que obteve o Império. Esta conversão tornou irmãos os Francos e os Saxônios, já que antes haviam sido apenas amigos e aliados.

A passagem da História dos Saxônios para a História dos Liudolfings ocorre no capítulo 16:

O último da raça de Carlos Magno a governar sobre a França Oriental foi Luís, o filho de Arnulfo, que era o filho do irmão de Carlos². Luís não viveu por muitos anos após se casar com Liutgarde, irmã de Bruno e do grande duque Otto. Seu pai era Liudolf, que trouxe de Roma as benditas relíquias do Papa Inocência”.

Pouquíssimos fatos no RGS I anteriores ao século IX possuem referências mais sólidas. Widukind criou uma epopeia na qual inventou a história progressiva dos Saxônios

e acrescentou elementos que prefiguravam a ascensão imperial dos Liudolfings. Aliás, é interessante que ele tenha omitido a sagração imperial pelo papa em 962, no livro III, mas, ao descrever as vitórias de Henrique I e Otto I sobre os magiares em Riade e em Lechfeld (933 e 955), afirma que as tropas aclamaram seus monarcas vencedores como imperadores, bebendo na ideia romana original.

Estabeleceu, além da *origo gentis*, três outros temas inter-relacionados: a relação estritamente antagônica com os turíngios, na qual se destacam as habilidades marciais e a sagacidade dos saxônios; a relação ambígua com os francos, na qual sucederam conflitos e alianças, onde Widukind reduziu a conquista Carolíngia a uma missão salvífica por Carlos Magno, só dando ideia das dificuldades desta operação ao mencionar que só foi concluída no “trigésimo ano de seu reinado”, no momento de sua coroação imperial. Ao tratar do paganismo saxônio, Widukind, como mencionado, o equivaleu ao paganismo clássico greco-romano, numa atitude comum entre os autores medievais; contudo, neste caso, utilizou esta interpretação como comprovação para a tese da origem macedônica dos Saxônios.

A ligação com um povo famoso da Antiguidade era um artifício legitimador empregado desde a *Eneida* de Virgílio no período Augustano e seguida no período alto medieval pela conexão Francos-Tróia e Anglo-saxões-Hebreus (através do quarto filho de Noé, mencionado no apócrifo *A caverna dos tesouros*), levando à justificação da atual situação dominante desfrutada pelos saxônios na Germânia imperial do século X, justamente o terceiro tema: a ascensão dos Liudolfings/Otônidas. É a prefiguração no passado do sucesso presente.

Seguindo a ideia da Intencionalidade de GOFFART (1988: 16-17), não podemos analisar a obra de Widukind como um esforço inocente (e, seguindo seu alerta, nem deveríamos esperar que fosse): “Suas representações foram conscientes, deliberadas e dignas de atenção contínua precisamente por estas razões”. Ele escreveu na primeira metade do livro I das RGS uma epopeia do povo saxônio (as *Res gestae saxonicae* propriamente ditas), formatando uma memória específica do passado de sua gente e legitimando a ordem política que lhe era contemporânea ao anexar as *Res gestae* de Henrique I e Otto I, numa continuidade vista como apogeu desta história, manipulando-a e retificando-a quando considerava necessário.

A atitude de Widukind em relação a estes eventos é profundamente “patriótica”, tanto em sua vívida narrativa do comportamento heroico dos saxônios como quando minimiza o histórico de atritos entre seu povo e os Francos e ainda mais quando trata do papel de Carlos Magno na conversão do povo saxônio à Cristandade, apenas mencionando o uso da força e silenciando as guerras para a conquista da Saxônia.

De acordo com Yithzak Hen e Matthew Innes:

O passado possuía uma presença muito real nas sociedades medievais iniciais. Ele podia providenciar um padrão legitimador para a atual ordem das coisas, explicando como as coisas ficaram assim, ou uma imagem de uma ordem ideal, uma Era Dourada contra a qual o presente passa a ser julgado. No interior de um grupo social, crenças compartilhadas sobre o passado era uma fonte de identidade: a imagem de um passado comum informa um senso de pertencimento e as características definidoras deste passado identificam aqueles que eram e os que não eram parte do "nós" no presente. (HEN & INNES, 2004: 01)

Assim, o passado não era apenas concebido em termos lineares, cronológicos: estas afinidades eletivas adquiriam sua força de um modo tipológico de pensamento, no qual o presente estava prefigurado e explicado no passado (HEN & INNES, 2004: 06).

REFLEXÕES FINAIS

A etnogênese da Saxônia medieval foi um processo tardio em comparação com os processos de outras populações germânicas, como os Francos ou mesmo os Anglo-Saxões, sendo literatizado apenas no século X, sob Widukind de Corvey. De fato, estes processos são fruto de elaborações conscientes destas populações, como fica claro com este excerto de Patrick GEARY (2005: 96-7):

Os líderes eram promovidos por seus exércitos heterogêneos e formavam os centros ao redor dos quais novas identidades políticas e religiosas podiam ser desenvolvidas e nos quais, em alguns casos, antigas noções de identidade sacrossocial podiam ser inseridas. A legitimidade dos líderes provinha principalmente de sua capacidade de conduzir seu exército à vitória. Uma campanha vitoriosa confirmava seu direito à liderança e aumentava o número de pessoas que aceitavam e compartilhavam de sua identidade.

Com o passar do tempo, o líder e seus descendentes estabeleciam uma identificação com uma tradição mais antiga, alegando a autorização divina, com base nas guerras bem-sucedidas, para que pudessem personificar e perpetuar algum “povo” antigo. Portanto, a integridade constitucional desses povos dependia da guerra e da conquista para que tivesse continuidade e para que sua identidade fosse estabelecida: eram exércitos (...). A derrota (...) podia significar o fim de um governante ou até mesmo de um povo, que então poderia ser incorporado a uma outra confederação, mais vitoriosa.

Este trecho ilumina o processo formativo das comunidades tribais instaladas na Europa Central às fronteiras do Império Romano Ocidental, sendo perfeitamente aplicável aos Francos, por exemplo.

Contudo, a identidade etnogenética dos saxônios, como pudemos estabelecer, não advém de processo como este, cujo sucesso depende também do domínio sobre a cultura formal, essencialmente letrada. A Saxônia, como unidade territorial, foi constituída pela pressão das conquistas carolíngias que vieram a integrar este vasto território, assim como transformar suas várias confederações tribais, politicamente integradas de modo tênue pelas assembleias anuais de Marklo, em um único povo. Desta feita, tornava-se realidade a presença de uma *Saxonia* entrevista na documentação desde o século IV.

Estas pressões de cunho militar, político, religioso, cultural e econômico vieram a forjar uma nova unidade étnico-territorial na Europa, um *regnum*, segundo a própria

terminologia carolíngia, que veio a se tornar o esteio do *Ostfrankreich* e núcleo do Império Otônida no século X; e é a gloriosa história deste “povo” que Widukind de Corvey se dedicou a estabelecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentação

BACHRACH, B.S. & D.S. (trad.), 2014. *Deeds of the Saxons*, Washington D.C.: Catholic University of America.

WARNER, D.A. (trad.), 2001. *Ottonian Saxony: The Chronicon of Thietmar of Merseburg*, Manchester: Manchester UP.

WIDUKIND VON CORVEY. *Res Gestae Saxonicae Libri Tres*, versão eletrônica disponível em:

<http://www.hs-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost10/Widukind/wid_sax0.html>
Acessado em: 15/08/2012.

Bibliografia

ARAÚJO, V.C.D., 2010. A Cristianização da Saxônia e a Transformação da Figura Régia, *Brathair* [online]; Disponível em:

<<http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/viewFile/434/375>> Acessado em: 12/08/2012.

BACHRACH, B.S., 2001. *Early Carolingian Warfare: Prelude to Empire*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

BAGGE, S., 2002. *Kings, Politics and the Right Order of the World in German Historiography c 950-1150*, Leiden: Brill.

BECHER, M. 1996. *Rex, Dux und Gens: Untersuchungen zur Entstehung des sächsischen Herzogtums im 9. und 10. Jahrhundert*, Husum: Matthisen

BEUMANN, H. 1950. *Widukind von Korvei: Untersuchungen zur Geschichtsschreibung und Ideengeschichte des 10. Jahrhunderts*, Vienna: Böhlau.

- CURTA, F. (ed), 2005. *Borders, Barriers and Ethnogenesis – Frontiers in Late Antiquity and the Middle Ages*, Turnhout: Brepols.
- FAVIER, J., 2005. *Carlos Magno*, São Paulo: Estação Liberdade.
- FLIERMAN, R., 2017. *Saxon Identities AD 150-900*, Londres: Bloomsbury.
- GEARY, P., 2005. *O Mito das Nações*, São Paulo: Conrad.
- GOFFART, W., 1988. *Narrators of Barbarian History (AD 550-800): Jordanes, Gregory of Tours, Bede and Paul the Deacon*, Princeton: Princeton UP.
- GOLDBERG, E., 1995. Popular Revolt, Dynastic Politics, and Aristocratic Factionalism in the Early Middle Ages: The Saxon Stellinga Reconsidered, *Speculum*, v.70, n.3, pp. 467-501.
- GOLDBERG, E., 2006. *Struggle for Empire – Kingship and Conflict under Louis the German 817-876*, Ithaca: Cornell UP.
- HEATHER, P. J., 1998. Disappearing and Reappearing Tribes. In: POHL, W. & REIMITZ, H. (ed.), 1998. *Strategies of Distinction: The Construction of Ethnic Communities 300-800*, Leiden: Brill, pp. 95-111.
- HEN, Y. & INNES, M. (ed.), 2004. *Using the Past in the Early Middle Ages*, Cambridge: CUP.
- LEYSER, K., 1979. *Rule and Conflict in an Early Medieval Society – Ottonian Saxony*, Londres: Edward Arnold.
- REMBOLD, I., 2018. *Conquest and Christianization: Saxony and the Carolingian World, 772-888*, Cambridge: CUP.
- REUTER, T., 1991. *Germany in the Early Middle Ages c. 800-1056*, Londres: Longman.
- RICHÉ, P., 1993. *The Carolingians – A family who forged Europe*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- SPRINGER, M., 2003. Location in Space and Time. In: GREEN, D. H. & SIEGMUND, F. (ed.), 2003. *The Continental Saxons from the Migration Period to the Tenth Century: An Ethnographic Perspective*, Woodbridge: Boydell, pp.11-36.
- SPRINGER, M., 2004. *Die Sachsen*, Stuttgart: Kohlhammer.

¹ *Edhilingi* (ou *Nobiles* e *Nobiliores* nas fontes latinas), *Frilingi* (ou *Ingenui*, *Ingenuales* e *Liberi*) e *Lazzi* (ou *Liberti*, *Liti* e *Serviles*).

² Widukind cometeu um erro aqui. Arnulfo de Caríntia era filho ilegítimo de Carlomano, primogênito de Luís o Germânico e não legítimo, como implica aqui.